

## Educação e o futuro do Brasil

**Gustavo Iochpe** – Mestre em desenvolvimento econômico

**Presidente de mesa: Edgar Flexa Ribeiro** – Presidente do Sinepe Rio



Tratarei de apresentar uma perspectiva mais de tipo macro do problema da educação, procurando demonstrar qual o impacto da educação e do conhecimento para o futuro do Brasil. Não seria exagero dizer que o Brasil está perdendo o bonde da História. Vivemos um momento histórico, em que a economia é cada vez mais interligada, aberta e sofisticada. Isso faz com que o conhecimento tenha uma importância muito maior para o desenvolvimento das nações. Há 100 anos, as economias eram essencialmente agrárias e o nível de conhecimento das pessoas, secundário – a maioria da população era analfabeta e havia pouquíssimos ilustrados. A educação transformou-se num elemento central para o desenvolvimento dos países, com a sofisticação da economia. A competição entre as nações se dá na produção de bens de alto valor agregado (softwares, chips, etc), e a capacitação e qualificação das pessoas passa a ser vital – aquilo o que em economia se denomina de “capital humano”.

Enquanto em alguns países já se está atingindo algo como uma matrícula universal no ensino universitário, nós também temos um movimento de massificação, só que, infelizmente, de massificação da ignorância. Nós conseguimos colocar nossas crianças na escola, mas não logramos fazer com que elas aprendam. Obviamente, o setor privado tem uma performance um pouco melhor do que o setor público.

O mais chocante na discussão sobre a educação no Brasil é o seguinte: segundo o INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional), 74% dos brasileiros são funcionalmente analfabetos ou não chegaram ao nível alfabetização plena. Ou seja,  $\frac{3}{4}$  da população brasileira não conseguem ler e entender um texto. Dessa forma, não podemos ter um país com a menor chance de desenvolvimento e equiparação em relação aos países mais desenvolvidos. A questão é a seguinte: onde está o erro? Na universidade, no ensino público, no ensino privado, nas diferentes regiões brasileiras? O problema brasileiro está em todo o sistema – regiões e séries. É claro, com as diferenças que conhecemos: o ensino privado melhor do que o público; o ensino no Sul e no sudeste melhor do que no Norte e no Nordeste. O sistema brasileiro é muito deficiente.

O problema começa na 1ª série do ensino fundamental. Segundo os últimos dados da Unesco, 32% dos nossos alunos nessa série repetem o ano. Para que se tenha uma idéia, nos EUA e nos países da União Européia esse número é próximo de zero, enquanto no México e na Argentina está em torno de 10% – e na Índia, mais pobre e mais complexa do que nós, a repetência situa-se em 4%. Isso levanta dois problemas: 1/3 de nossas crianças estão condenadas a um processo educacional que, necessariamente, será falho – dificilmente se poderá alterar esse quadro no correr dos anos; em segundo lugar, é preciso que nos demos conta do quão ruim é o ensino nessa 1ª série, e como isso se reflete ao longo do processo educacional, porque até as crianças aprovadas experimentarão um nível de educação muito ruim. No que se refere à repetência na 1ª série do ensino fundamental, o Brasil ocupa a 7ª

colocação no mundo – à frente apenas de países muito pobres da África subsaariana, como Togo, Malawi, e Madagascar. No teste PISA (Programa Internacional de Avaliação do Estudante), organizado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), em sua última edição, envolvendo 40 países, o Brasil obteve o último lugar em matemática, penúltimo em ciências e 37º na área de leitura. Essa deficiência fica clara quando se verificam os dados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) do Ministério da Educação, que indicam, desde 1995, uma piora de performance brasileira na educação básica.

Tudo isso já é conhecido, graças ao nosso histórico muito ruim no sistema educacional. Seria tranquilizador saber que, pelo menos, estamos na direção certa. Mas, no nosso caso, é preocupante porque apresentamos tendência de piora, pois continuamos errando. Outro grave problema decorrente da alta taxa de repetência é uma alta taxa de defasagem idade/série, isto é, pessoas cursando séries muito abaixo daquela que deveriam estar cursando na sua idade. Por exemplo, aos 14 anos 2/3 da população brasileira estão abaixo da 8ª série. Numa avaliação baseada nos conceitos da Economia da Educação, e da noção de “retorno da educação”, verifica-se que as pessoas ganham financeiramente até 10% em renda por ano estudado. Contudo, só há esse retorno quando a educação efetivamente ensina. No Brasil, ao contrário, testemunhamos grande evasão escolar – esse funil educacional faz com que, a cada ano, 5,8 milhões de alunos entrem na 1ª série, e, a cada ciclo, perdemos a metade dos estudantes – na transição do ensino fundamental para o médio, e deste para o superior. Só um milhão dos que iniciaram essa trajetória chegam ao ensino superior, sendo que apenas 450 mil concluem a universidade. Disto resulta que nossa taxa de escolarização seja muito baixa: 6,3 anos, ou seja, metade da taxa dos países desenvolvidos, e mais baixa do que a de vários países latino-americanos (Argentina, 8,5 anos; Chile, 10 anos). E pior: a distribuição da escolaridade é muito desigual: entre os 20% mais pobres, o índice de escolaridade é de 3,8 anos.

O nível de formação superior é o mais importante índice do quão educado é um país. Neste aspecto, o Brasil perde de goleada: a taxa de matrícula no ensino superior é de 20%, contrastando, por exemplo, com 40% no Chile, 39% na Venezuela e 61% na Argentina – sem mencionar países como a Coreia do Sul, Finlândia e EUA, que já estão acima dos 80%. Notem que o país tem, em termos de analfabetos funcionais, índices semelhantes aos que os países desenvolvidos apresentam em alunos universitários. O Brasil não tem como competir, como se desenvolver, nesse cenário de profundas diferenças. Além disso, o país está crescendo num ritmo muito mais lento do que a maioria dos países do mundo. No entanto, no que se refere ao percentual da população adulta com formação superior, nosso índice (8%) se assemelha ao de países desenvolvidos como França e Itália – cuja massificação do ensino superior é relativamente recente –, mas ainda bem inferior ao de EUA e Inglaterra.

O impacto da educação sobre a economia pode ser resumido a três áreas: 1) impacto micro-econômico – sobre a vida de uma pessoa (cada ano cursado no ensino universitário tende a acrescentar 20% ao salário; maior instrução = maior produtividade = maior salário); 2) Sobre a macroeconomia – o aumento de um ano de escolaridade de uma população corresponde a um crescimento econômico adicional da ordem de 7% a 9%; 3) “externalidade” – avalia-se em que medida o aumento da escolaridade acarreta a melhoria de indicadores sociais (menor criminalidade, menor taxa de fertilidade, menor desemprego, maior produtividade). Infelizmente, os dados de competitividade e produtividade do trabalhador brasileiro apresentam um quadro muito preocupante e ruim. No índice de produtividade da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Brasil obteve o 55º lugar no mundo – são necessários 4,5 brasileiros para produzir tanto quanto um americano (os campeões em produtividade no mundo). Em consequência, a indústria brasileira investe cada vez menos em

Pesquisa e Desenvolvimento, e o país perde, anualmente, pessoas mais qualificadas para o mercado externo.

O problema da educação brasileira é de qualidade, isto é, o óbvio que não se diz. Ainda que todo o discurso educacional de políticos, educadores, etc, continuem batendo na tecla de que seriam necessários mais dinheiro, escolas, aulas, uniformes, merenda, transporte...A tônica geral não é essa: hoje não precisamos de *mais*, e sim de *melhor*. E esse não é um problema simples, e sequer é de falta de recursos (o Brasil investe quase 4,5% do PIB em educação), e o nível salarial do professor brasileiro não é incompatível com o nível de renda do Brasil, em comparação com outros países. A chave do problema não está em medidas financeiras, e sim na sala de aula – o que o professor e a escola fazem com o aluno quando começa a aula.

Não quero fazer discurso “catastrofista”. Ao contrário, existem estudos empíricos na área de economia da educação que demonstram experiências positivas, com resultados interessantes. Nos estudos internacionais, a abordagem *conteudista*, por exemplo, compreende que professores que dominam melhor o conteúdo da disciplina ensinada obtêm melhores resultados dos alunos. E a dura realidade é que os nossos cursos de formação de professores não são estruturados para formar professores, e sim pedagogos e pensadores em educação – dissociados da realidade que encontrarão na sala de aula. O problema é o uso do livro didático, indicar mais horas de dever de casa e efetivamente corrigir esse dever. Eis outras medidas úteis a serem tomadas:

- a) **avaliação constante** – alunos constantemente avaliados têm aprendizado melhor. Presta-se a detectar problemas dos alunos e deficiências dos alunos e do método de ensino;
- b) **tempo de aula** – variável importante, mas o número de aulas é irrelevante. Relevante é o **ensino**, o **aprendizado**;
- c) **escolha de diretores** – é imprescindível escolher diretores de escola qualificados, que tenham conhecimento tanto de práticas pedagógicas quanto de práticas administrativas. Esse é, obviamente, um problema menos grave no ensino privado (se o diretor for incompetente será demitido) do que no ensino público, no qual a maioria dos diretores de escola é escolhida por conveniências, políticas e acordos, que nada têm a ver com o mérito acadêmico.

A partir do conhecimento desses problemas da educação brasileira, cabe colocar a seguinte questão: por que o sistema educacional do país permaneceu nesse nível estacionário? É óbvio que não se trata de uma questão técnica. O que acontece no Brasil é um corte que torna difícil a resolução desse problema: as pessoas que têm voz e conhecimento possuem, geralmente, nível educacional mais elevado e matriculam seus filhos na escola privada, e se despreocupam com o resto da educação – sem se importarem se a educação pública está boa ou ruim. Essas pessoas acham que seja possível viver num país assim, e que se dane o resto. Assim, o país perde, com essa ilusão, o segmento que tem mais capacidade de clamar, por ter voz política e conhecimento, pela melhoria da educação. Em contrapartida, os pais dos alunos da educação pública consideram fantástica, segundo as pesquisas, a escola de seus filhos – o que é preocupante, pois deveriam ser essas pessoas a se mobilizarem pela melhoria do ensino público. Já diretores e professores das escolas públicas se auto-avaliam de maneira positiva nas pesquisas, atribuindo-se notas elevadas a seu desempenho – entretanto, os alunos continuam com performance muito ruim. Ou seja, a culpa é sempre do aluno. A atuação dos políticos constitui outro fator determinante na manutenção desse círculo vicioso – eles não têm nenhum interesse em oferecer educação de qualidade, pois nada ganham nem perdem com isso.

Não acredito que haja uma chave mágica para melhorar a situação das escolas brasileiras, mas apresento três propostas que, embora impopulares, poderão mudar tal quadro:

- 1) cobrança de mensalidades de alunos ricos das universidades públicas e transferência desses recursos para o ensino básico;
- 2) o governo não deveria deduzir gastos com escola privada da declaração anual de renda, pois, assim, contribui para transferência de alunos de melhor condição socioeconômica e cultural para a escola privada – estes teriam papel fundamental no sentido de elevar o padrão de desempenho das turmas no ensino público;
- 3) criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional, fazendo com que os políticos se preocupem com a qualidade da educação. O modelo atual do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) e do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) é um incentivo aos estados que menos investem em educação, sem qualquer vinculação com a qualidade – precisamos criar mecanismos que premiem a performance de cada município. Além disso, faz-se necessário dar transparência a esse processo, para que cada cidadão acompanhe a situação do sistema escolar de seu filho. Cria-se, também, um incentivo financeiro para a melhoria da qualidade da educação, a exemplo do que ocorreu depois da implantação do FUNDEF no final dos anos 90, o qual vinculou a transferência de recurso à quantidade de crianças efetivamente matriculadas, aumentando o número de inscrições na escola pública.

Com essas medidas, por certo, não se resolverá todo o problema da educação no Brasil. Porém, poderemos quebrar a inércia, mudar as prioridades e melhorar a educação pública, o que também concorrerá para a melhora do setor privado. Isso ajudaria a obter, creio que de forma rápida, a melhoria significativa da educação no Brasil.